



CÂMARA DOS DEPUTADOS

## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 17, de 2022.

Código de Defesa do Contribuinte.

### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº (Do Sr. André Figueiredo)

Dê-se a seguinte redação ao § 1º do art. 170-A da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, incluído pelo art. 60 do Substitutivo ao PLP nº 17/2022:

“Art. 170-A. [...]

§ 1º Transitada em julgado a decisão judicial que reconheça o direito à compensação em virtude da ilegalidade ou inconstitucionalidade da cobrança, é assegurado ao sujeito passivo o direito de compensar os valores não prescritos, no momento do ajuizamento da ação, com qualquer crédito tributário do respectivo ente tributante, **inclusive com o crédito tributário objeto de execução fiscal.**

[...]” (NR)

### Justificação

O § 1º do art. 170-A incluído na Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, pelo art. 60 do Substitutivo ao PLP nº 17/2022, permite que, uma vez transitada em julgado a decisão judicial que reconheça o direito à compensação em virtude da ilegalidade ou inconstitucionalidade da cobrança, é assegurado ao sujeito passivo o direito de compensar os valores não prescritos, no momento do ajuizamento da



ação, com qualquer crédito tributário do respectivo ente tributante, **desde que o crédito não seja objeto de execução fiscal.**

Essa limitação que impede o contribuinte de compensar seus valores com créditos do ente tributante que estejam sendo cobrados em execução fiscal vai de encontro ao espírito do próprio projeto, que pretende simplificar a racionalizar a relação entre a Fazenda Pública e o contribuinte.

Diante disso, estamos assegurando ao sujeito passivo o direito de compensar os valores não prescritos com qualquer crédito tributário do respectivo ente tributante, **inclusive com o crédito tributário objeto de execução fiscal.**

Contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação dessa emenda.

Sala das Sessões, em            agosto de 2022.

Deputado **André Figueiredo**

PDT/CE





## **Emenda de Plenário a Projeto com Urgência** **(Do Sr. André Figueiredo)**

Estabelece normas gerais  
relativas a direitos, garantias e deveres do  
contribuinte, principalmente quanto a sua  
interação perante a Fazenda Pública e  
dispõe sobre critérios para a  
responsabilidade tributária.

Assinaram eletronicamente o documento CD223019514700, nesta ordem:

- 1 Dep. André Figueiredo (PDT/CE) - LÍDER do PDT
- 2 Dep. Reginaldo Lopes (PT/MG) - LÍDER do PT      \*-(p\_7800)
- 3 Dep. Bira do Pindaré (PSB/MA) - LÍDER do PSB      \*-(P\_7818)
- 4 Dep. Adolfo Viana (PSDB/BA) - LÍDER do PSDB

\* Chancela eletrônica do(a) deputado(a), nos termos de delegação regulamentada no Ato da mesa n. 25 de 2015.

